

PSICOPEDAGOGIA E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRÁXIS PSICOPEDAGÓGICA

PSYCHOPEDAGOGY AND PLAY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR PSYCHOPEDAGOGICAL PRACTICE

Ivanete da Silva Vila Nova Aquino¹

Renata Miranda Reis²

Robson Vila Nova Lopes^{1 3}

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a relação entre a Psicopedagogia e o uso do lúdico na Educação Infantil, analisando seus impactos na identificação e superação de dificuldades de aprendizagem. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamenta-se em autores da área e em documentos oficiais, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), os quais reforçam o brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas na infância. Os achados indicam que a ludicidade constitui um recurso essencial na práxis psicopedagógica, sendo amplamente utilizada por profissionais em contextos institucionais e clínicos, tanto no processo diagnóstico quanto na mediação de aprendizagens. Conclui-se que é fundamental ampliar os estudos sobre a articulação entre o lúdico e a Psicopedagogia, de modo a subsidiar práticas mais eficazes e alinhadas às diretrizes curriculares nacionais para o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Ludicidade. Educação Infantil. Dificuldades de aprendizagem. BNCC.

Abstract: This article aims to investigate the relationship between Psychopedagogy and the use of play in Early Childhood Education, analyzing its impact on the identification and overcoming of learning difficulties. The research, qualitative and bibliographic in nature, is based on key authors in the field and official documents such as the National Curriculum Reference for Early Childhood Education (1998) and the Common National Curriculum Base (BNCC, 2017), which reinforce play as a central axis of pedagogical practices in early education. The findings indicate that playfulness is an essential resource in psychopedagogical praxis, widely used by professionals in both institutional and clinical contexts, for diagnostic purposes as well as in learning mediation. The study concludes that expanding research on the articulation between play and Psychopedagogy is essential to support more effective practices aligned with national curriculum guidelines for the comprehensive development of children.

Keywords: Educational Inequalities. School performance. Associated Factors. Federal District. SAEB.

1- Pedagoga (2006) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialista em Docência no Ensino Superior (2024) pelo Centro Universitário ITOP - UNITOP. Professora da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (SEDUC). Atualmente atua como Coordenadora do Polo de Educação à Distância (UAB) em Formoso do Araguaia, Tocantins, Brasil. E-mail: ivanete.aquino@estudante.iftto.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4274344024170365> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2796-2413>

2- Pedagoga (2015) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialista em Psicopedagogia Escolar (2024) pelo Centro Universitário ITOP - UNITOP. Servidora da Rede Municipal de Ensino de Palmas (TO). E-mail: renatamreis992@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0926574422718175>

3- Doutor (2024) e Mestre (2017) em Educação pela Universidade de Brasília - UnB; Especialista em Educação Municipal (2015) e Pedagogo (2008) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Professor do Magistério Superior e Pró-Reitor de Pós-Graduação e Extensão no Centro Universitário ITOP - UNITOP, Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: robson.vl@unitins.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5420379524388907> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5553-1237>

Introdução

Nas últimas décadas, o debate em torno do fracasso escolar e das dificuldades de aprendizagem tem se intensificado nos espaços educacionais e acadêmicos, suscitando a necessidade de abordagens interdisciplinares que considerem as múltiplas dimensões envolvidas no processo de aprender. Aspectos sociais, emocionais, cognitivos e pedagógicos interagem de forma complexa, exigindo estratégias que transcendam os métodos tradicionais de ensino (FREIRE, 1996).

Nesse cenário, a Psicopedagogia consolida-se como uma área do conhecimento e de intervenção voltada à compreensão e ao enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. De caráter interdisciplinar, articula contribuições da Psicologia, Pedagogia, Psicanálise e Neurociência para investigar os processos que envolvem o aprender e o não aprender (WEISS, 2003). A atuação do psicopedagogo ocorre em espaços clínicos e institucionais, com enfoques preventivos e terapêuticos, buscando identificar fatores que interferem na aprendizagem e desenvolver meios para sua superação.

Conforme Bossa (2000), o papel do psicopedagogo é o de construir caminhos que facilitem o processo de aprendizagem, utilizando estratégias metodológicas ajustadas às especificidades de cada sujeito. A mediação psicopedagógica envolve a análise do contexto, das relações afetivas, dos estilos de aprendizagem e das condições cognitivas, mobilizando recursos que favoreçam o desenvolvimento integral do educando.

Entre esses recursos, destaca-se a ludicidade como um elemento fundamental no trabalho com crianças, especialmente na Educação Infantil. O brincar é reconhecido como linguagem natural da infância, por meio da qual a criança expressa sentimentos, elabora experiências, organiza pensamentos e constrói conhecimentos (KISHIMOTO, 2011). Longe de representar mero entretenimento, o lúdico constitui uma prática estruturante do desenvolvimento infantil.

A importância do brincar é amplamente reconhecida em documentos normativos nacionais. O *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (BRASIL, 1998) já ressaltava o valor pedagógico das atividades lúdicas. Mais recentemente, a *Base Nacional Comum Curricular* (BRASIL, 2017) reafirma o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, integrando-o aos campos de experiência que organizam a proposta curricular da Educação Infantil.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), o brincar deve ser compreendido como eixo central das práticas pedagógicas com crianças pequenas, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas, motoras, sociais e emocionais. Tal orientação é coerente com os pressupostos da Psicopedagogia, que reconhece o lúdico como ferramenta diagnóstica, terapêutica e pedagógica de grande relevância.

Nesse sentido, a integração entre Psicopedagogia e ludicidade potencializa a atuação psicopedagógica na Educação Infantil, oferecendo um caminho eficaz para lidar com as dificuldades de aprendizagem. O brincar, ao proporcionar liberdade de expressão e segurança emocional, permite ao profissional acessar conteúdos simbólicos e cognitivos que, muitas vezes, não se manifestam em contextos formais de ensino (FERNANDES; FONSECA, 2015).

A ludicidade também se mostra valiosa para o estabelecimento do vínculo entre o psicopedagogo e a criança. Esse vínculo, alicerçado na confiança e na escuta sensível, é condição indispensável para que a intervenção produza resultados significativos. Durante o brincar, a criança revela modos de ser e de aprender, abrindo espaço para intervenções mais personalizadas e eficazes (VIGOTSKI, 2007).

Além do aspecto relacional, o lúdico estimula habilidades cognitivas essenciais para a aprendizagem, como atenção, memória, linguagem, imaginação, pensamento lógico e criatividade (PIAGET, 1998). A utilização de jogos simbólicos, dramatizações, contação de histórias e outras atividades lúdicas promove o desenvolvimento dessas capacidades de forma prazerosa e significativa.

Contudo, apesar do reconhecimento teórico sobre a importância do brincar, ainda há lacunas na formação e na prática de muitos profissionais da Psicopedagogia. Em algumas instituições, o uso de metodologias lúdicas ainda enfrenta resistência, seja por desconhecimento,

seja por uma visão reducionista da ludicidade como algo meramente recreativo ou secundário no processo educativo (SANTOS; ALMEIDA, 2020).

Dessa forma, é fundamental que a formação inicial e continuada dos psicopedagogos incorpore, de modo efetivo, o estudo da ludicidade não apenas como conteúdo conceitual, mas como vivência e prática integradora. A construção de uma práxis psicopedagógica significativa requer domínio teórico-metodológico e sensibilidade para compreender o brincar como direito e como linguagem da infância (OLIVEIRA, 2002).

Outro desafio relevante é a necessidade de articulação entre os espaços clínico e institucional. A fragmentação entre esses contextos pode comprometer a eficácia das intervenções, uma vez que a aprendizagem ocorre em múltiplos ambientes e exige ações coerentes e articuladas. A atuação em rede — envolvendo escola, família e profissionais especializados — torna-se, assim, imprescindível (WEISS, 2003).

Diante dessa realidade, este estudo propõe-se a analisar as contribuições do lúdico para a práxis psicopedagógica na Educação Infantil, com ênfase nos desafios e possibilidades de sua aplicação no cotidiano profissional. Parte-se do entendimento de que o brincar, enquanto expressão do sujeito e via de mediação com o conhecimento constitui um recurso estratégico no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza explicativa e fundamentação bibliográfica, ancorada em obras científicas, legislações e documentos oficiais, como a LDB (Lei nº 9.394/96), o RCNEI (1998) e a BNCC (2017). Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica permite a construção de um referencial teórico robusto, capaz de sustentar análises críticas e reflexivas sobre o objeto investigado.

Ao propor essa discussão, o estudo busca contribuir para o fortalecimento de práticas psicopedagógicas mais lúdicas, sensíveis e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças, ampliando os horizontes de atuação do psicopedagogo diante das exigências contemporâneas da Educação Infantil.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, com delineamento bibliográfico. A escolha por essa metodologia justifica-se pelo objetivo de compreender, descrever e analisar, com profundidade, os sentidos atribuídos ao uso do lúdico na atuação psicopedagógica no contexto da Educação Infantil, a partir do diálogo com referenciais teóricos e documentos normativos.

A abordagem qualitativa permite a investigação de fenômenos complexos, valorizando a subjetividade, a interpretação e a compreensão dos significados construídos nos processos educativos e terapêuticos. Segundo Bogdan e Biklen (1994), esse tipo de abordagem está voltado para a compreensão da realidade a partir da ótica dos participantes, considerando os significados atribuídos às suas experiências e práticas sociais.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é definida por Gil (2017) como aquela desenvolvida com base em material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Esse tipo de levantamento possibilita a sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema, além de permitir a identificação de lacunas teóricas e de contribuições consolidadas no campo de estudo.

Os principais aportes teóricos utilizados foram obras e artigos de autores consagrados na área da Psicopedagogia, como Bossa (2000), Weiss (2003), Kishimoto (2011), Oliveira (2002), Piaget (1998) e Vigotski (2007), além de documentos legais e normativos da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

A análise do material bibliográfico foi conduzida a partir de leituras exploratórias e analíticas, com ênfase na identificação de categorias temáticas como “ludicidade”, “aprendizagem infantil”, “psicopedagogia clínica e institucional” e “brincar como linguagem”. O

objetivo foi interpretar como esses elementos se articulam na práxis psicopedagógica voltada à superação de dificuldades de aprendizagem na infância.

Também foram observados critérios de confiabilidade, atualidade e relevância das fontes, priorizando autores com reconhecida contribuição científica na área da Educação e da Psicopedagogia. O cruzamento entre os marcos teóricos e os documentos legais permitiu uma leitura crítica e contextualizada do tema, com foco na articulação entre teoria e prática.

Dessa forma, a metodologia adotada neste estudo possibilita a construção de uma base teórica sólida, favorecendo reflexões que contribuam para qualificar a atuação do psicopedagogo na Educação Infantil, especialmente no que tange à valorização do brincar como instrumento terapêutico, diagnóstico e pedagógico.

A Ludicidade como Eixo Estruturante do Desenvolvimento Infantil e da Aprendizagem

A ludicidade, enquanto expressão espontânea da criança, representa um dos pilares fundamentais do seu desenvolvimento integral. Ao brincar, a criança não apenas se diverte, mas também elabora experiências, compreende o mundo à sua volta, experimenta papéis sociais e desenvolve habilidades cognitivas e emocionais. Segundo Huizinga (1978), o jogo está presente em todas as culturas humanas e possui valor intrínseco na formação da subjetividade, sendo uma atividade regada, voluntária e culturalmente significativa.

Kishimoto (2011) destaca que o ato de brincar favorece a construção do conhecimento por meio da ação, da imitação e da imaginação. Ela observa que o lúdico deve ser compreendido como elemento essencial na prática educativa, pois promove a criatividade, a autonomia e o prazer em aprender. Nessa perspectiva, o brincar ultrapassa a função de entretenimento, assumindo um papel estruturante na educação da infância.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) consagra o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, reconhecendo-o como eixo central das práticas pedagógicas na Educação Infantil. O documento orienta que os campos de experiência devem ser organizados de forma a valorizar a ludicidade, garantindo que o aprendizado aconteça de modo significativo, sensível e participativo.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento psicológico, Vygotski (2007) enfatiza que o jogo simbólico é um espaço de mediação entre o real e o imaginário, permitindo à criança atuar em sua zona de desenvolvimento proximal. Esse conceito refere-se à distância entre aquilo que a criança consegue fazer sozinha e aquilo que pode realizar com apoio de um adulto ou de um par mais experiente, sendo o brincar uma ferramenta-chave nesse processo de ampliação das capacidades.

Piaget (1998), por sua vez, compreende o jogo como parte do processo de assimilação e acomodação, essenciais para a formação das estruturas cognitivas. Para o autor, a atividade lúdica contribui diretamente para a construção do pensamento lógico-matemático, da linguagem e da socialização, inserindo-se como um componente decisivo na aquisição de competências escolares.

Além do valor pedagógico, o brincar também cumpre importante função afetiva e terapêutica. Winnicott (1975) afirma que é por meio do brincar que a criança estabelece relações de segurança emocional, constrói sua identidade e elabora conflitos internos. Nessa perspectiva, o ambiente lúdico se torna um espaço potencial para a cura, a criatividade e a constituição do self.

Contudo, as exigências do contexto escolar contemporâneo, muitas vezes centrado em metas e resultados quantitativos, tendem a minimizar a importância do brincar. Santos e Almeida (2020) alertam para o risco de uma pedagogia tecnicista que exclui o lúdico das práticas educativas, ignorando sua centralidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Diante disso, torna-se fundamental resgatar o valor da ludicidade como prática pedagógica e direito da infância. Isso implica não apenas garantir tempo e espaço para o brincar, mas também reconhecer sua potência formativa e emancipatória, articulando-o às

demais dimensões do currículo e das intervenções educacionais e psicopedagógicas.

Fundamentos Epistemológicos e Interdisciplinares da Psicopedagogia no Enfrentamento das Dificuldades de Aprendizagem

A Psicopedagogia consolida-se como um campo interdisciplinar que visa compreender os processos de aprendizagem e suas rupturas, integrando conhecimentos oriundos da Psicologia, Pedagogia, Neurociência, Psicanálise, Linguística e Sociologia. Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia busca articular os múltiplos determinantes que incidem sobre o ato de aprender, considerando o sujeito em sua totalidade.

Essa área de atuação caracteriza-se por um duplo movimento: preventivo e terapêutico. No âmbito preventivo, atua em contextos institucionais, principalmente escolares, orientando professores e elaborando estratégias pedagógicas para minimizar as dificuldades de aprendizagem. No campo terapêutico, realiza atendimentos individualizados em consultórios ou clínicas, com o objetivo de identificar, diagnosticar e intervir nas causas das dificuldades (Weiss, 2003).

O aprender, na perspectiva psicopedagógica, é compreendido como um processo singular, dinâmico e subjetivo. Ferreira (2013) ressalta que a Psicopedagogia não se limita a identificar déficits, mas se propõe a entender como o sujeito se relaciona com o conhecimento, quais obstáculos enfrenta e como pode ser mediado a superá-los.

A escuta clínica, a observação, a análise da história de vida e o uso de instrumentos lúdicos e projetivos são alguns dos recursos que o psicopedagogo utiliza para construir hipóteses diagnósticas e elaborar intervenções. A mediação se dá na relação entre sujeito, objeto de conhecimento e contexto social, sendo o vínculo uma condição essencial para o êxito do processo.

De acordo com Oliveira (2002), o trabalho psicopedagógico exige do profissional sensibilidade, formação teórica consistente e postura ética. A autora defende que a práxis psicopedagógica deve estar orientada por valores de respeito à diversidade, inclusão e acolhimento da subjetividade.

A legislação educacional brasileira também reconhece a importância dessa atuação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação deve atender às necessidades específicas dos alunos, o que inclui estratégias diferenciadas para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Para Fonseca (2010), a Psicopedagogia contemporânea precisa ser crítica e transformadora, superando visões patologizantes da aprendizagem e promovendo práticas emancipatórias. Isso requer um compromisso com a justiça social e com o direito à educação de qualidade para todos os sujeitos.

Por sua vez, a atuação integrada entre escola, família e profissionais da saúde é essencial para o sucesso das intervenções psicopedagógicas. Weiss (2003) salienta que a aprendizagem não se dá de forma isolada, mas em rede, exigindo uma abordagem sistêmica, que considere os múltiplos contextos do sujeito.

Em suma, os fundamentos da Psicopedagogia se alicerçam em uma concepção ampla e humanista do aprender, que reconhece a complexidade do sujeito e das relações que o constituem. Essa abordagem é essencial para enfrentar os desafios impostos pela realidade educacional e para promover uma práxis transformadora e sensível às necessidades das crianças.

O Brincar como Ferramenta Diagnóstica, Terapêutica e Pedagógica na Práxis Psicopedagógica

A ludicidade, quando inserida no contexto psicopedagógico, torna-se um recurso metodológico potente que ultrapassa a função meramente recreativa. Na prática clínica e institucional, o brincar revela-se como linguagem expressiva da criança, possibilitando ao psicopedagogo acessar conteúdos cognitivos, emocionais e relacionais de forma não invasiva. Segundo Winnicott (1975), o brincar constitui um espaço transicional que permite à criança elaborar conflitos internos, estabelecer vínculos e desenvolver a simbolização.

O brincar, nesse cenário, atua como uma forma de comunicação simbólica, em que a criança representa situações vivenciadas ou desejadas. Isso permite ao psicopedagogo observar pistas importantes sobre o modo como o sujeito organiza seus pensamentos, elabora sentimentos e interpreta a realidade. Fernandes e Fonseca (2015) afirmam que os jogos, os desenhos, a dramatização e a contação de histórias são ferramentas de escuta e de intervenção que enriquecem o diagnóstico psicopedagógico.

Na clínica psicopedagógica, a ludicidade também favorece a criação de um ambiente acolhedor, seguro e afetivamente significativo, condição essencial para o estabelecimento do vínculo terapêutico. O brincar, portanto, não é apenas diagnóstico, mas também terapêutico, pois facilita o envolvimento da criança no processo e amplia suas possibilidades de reorganizar estruturas cognitivas e afetivas comprometidas.

Sob a ótica de Piaget (1998), os jogos simbólicos e de regras contribuem diretamente para a estruturação do pensamento, a internalização de normas sociais e o desenvolvimento da autonomia. Ao serem utilizados de forma planejada, esses jogos permitem avaliar e estimular aspectos como atenção, memória, linguagem, lateralidade, coordenação motora e raciocínio lógico.

No campo institucional, o brincar também pode ser incorporado à prática psicopedagógica preventiva. Ao trabalhar em parceria com professores, o psicopedagogo pode propor atividades lúdicas que contemplem os objetivos pedagógicos e respeitem os diferentes estilos de aprendizagem, tornando o processo de ensino mais inclusivo, dinâmico e eficaz. Oliveira (2002) reforça que a inserção da ludicidade nas práticas escolares melhora a relação do aluno com o conhecimento, diminuindo a evasão, a apatia e o fracasso escolar.

Outro aspecto relevante é o papel do brincar na mediação da autoestima e da autoimagem da criança. Ao participar de jogos e atividades simbólicas bem-sucedidas, o sujeito passa a perceber-se como capaz, reconstruindo sua relação com o aprender. Isso é particularmente importante nos casos em que a criança já apresenta histórico de insucessos escolares, que podem comprometer sua motivação e seu engajamento.

É necessário, entretanto, que o uso da ludicidade seja orientado por objetivos terapêuticos e educativos claros, e não apenas utilizado de maneira espontaneísta. Kishimoto (2011) adverte que a apropriação crítica do brincar exige formação sólida do profissional, tanto no domínio das teorias do desenvolvimento quanto no conhecimento dos tipos e funções dos jogos.

Além disso, a seleção dos materiais e a organização do espaço lúdico devem considerar a faixa etária, os interesses da criança e os objetivos da intervenção. Um ambiente rico em estímulos, seguro e estimulante potencializa os efeitos positivos do brincar sobre o desenvolvimento infantil.

Cabe ainda destacar que o brincar como ferramenta de intervenção deve ser constantemente avaliado quanto à sua eficácia. Isso envolve o registro das sessões, a análise das evoluções e dificuldades da criança, e o diálogo contínuo com os responsáveis e demais profissionais envolvidos.

Assim, a ludicidade, no âmbito psicopedagógico, consolida-se como prática complexa e essencial, integrando diagnóstico, intervenção e mediação do conhecimento e das emoções. Sua presença qualifica a práxis psicopedagógica e contribui para a ressignificação do aprender por parte da criança.

Desafios Estruturais, Formativos e Epistemológicos para a Consolidação da Ludicidade na Atuação Psicopedagógica

Apesar do reconhecimento teórico e institucional da importância da ludicidade no campo da Psicopedagogia, sua efetiva incorporação às práticas profissionais ainda encontra inúmeros obstáculos. Um dos principais desafios é a formação inicial e continuada dos psicopedagogos, muitas vezes marcada por lacunas no que se refere à articulação entre teoria e prática lúdica. Santos e Almeida (2020) apontam que muitos cursos de especialização carecem de aprofundamento sobre o uso pedagógico e terapêutico dos jogos e brinquedos, comprometendo a qualidade das intervenções.

A visão utilitarista da educação, centrada em resultados mensuráveis e na produtividade acadêmica, também impacta negativamente a valorização do brincar nos espaços educativos. Essa lógica, segundo Silva e Ribeiro (2018), acaba por marginalizar o lúdico, associando-o a uma atividade secundária ou acessória, desvinculada dos objetivos formais da aprendizagem.

No contexto escolar, a sobrecarga de conteúdo e a rigidez dos currículos limitam o tempo e o espaço para práticas lúdicas planejadas. Essa realidade dificulta o trabalho do psicopedagogo, sobretudo quando este atua de forma isolada e sem o apoio das equipes pedagógicas e gestoras. A ausência de espaços físicos adequados, de materiais didáticos e de reconhecimento institucional da função psicopedagógica também figuram entre os entraves recorrentes.

No campo clínico, o desafio se apresenta na forma de resistência dos próprios responsáveis, que muitas vezes não compreendem a função terapêutica do brincar. É comum que pais e responsáveis associem o brincar à perda de tempo, exigindo práticas mais “conteudistas”, mesmo em processos psicopedagógicos, o que compromete a liberdade e a criatividade que caracterizam a ludicidade.

Outro obstáculo importante diz respeito à ausência de políticas públicas específicas para a Psicopedagogia, o que impacta diretamente sua institucionalização, reconhecimento legal e regulamentação profissional. Isso dificulta a presença do psicopedagogo em escolas públicas e serviços multidisciplinares, limitando o acesso da população mais vulnerável às intervenções psicopedagógicas lúdicas.

Entretanto, mesmo diante desses desafios, há perspectivas promissoras para a consolidação da ludicidade na atuação psicopedagógica. A ampliação das pesquisas científicas sobre o brincar, o avanço das neurociências e a valorização dos direitos da infância são elementos que fortalecem o campo e sustentam sua legitimidade. Diamond (2013) demonstra que o brincar melhora as funções executivas, como atenção, controle inibitório e memória de trabalho — competências fundamentais para o sucesso escolar.

A formação continuada, quando pautada em referenciais críticos e atualizados, também constitui uma estratégia potente para a superação das dificuldades formativas. Investir na capacitação técnica e ética dos psicopedagogos, com ênfase nas metodologias lúdicas, é fundamental para qualificar a intervenção e ampliar seu alcance social (Ferreira, 2013).

Além disso, a utilização consciente das tecnologias digitais pode contribuir para potencializar a ludicidade, desde que utilizadas com intencionalidade pedagógica e sensibilidade para as especificidades da infância (Moraes, 2020). Jogos educativos digitais, aplicativos interativos e ambientes virtuais imersivos podem complementar o trabalho psicopedagógico de maneira criativa e eficaz.

Por fim, a articulação entre teoria e prática, a defesa da infância como sujeito de direitos e o compromisso com uma educação inclusiva e humanizadora são princípios que devem nortear a práxis psicopedagógica lúdica. Ao compreender o brincar como linguagem da infância, meio de diagnóstico, mediação e transformação, o psicopedagogo fortalece sua atuação e contribui para uma sociedade mais justa e sensível às necessidades do desenvolvimento humano.

Diretrizes Curriculares e Normativas Oficiais: Convergências e Tensões entre o RCNEI (1998) e a BNCC (2017) no Campo da Ludicidade e da Psicopedagogia

As políticas públicas educacionais voltadas à infância, especialmente o **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998)** e a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017)**, representam marcos regulatórios e orientadores das práticas pedagógicas e curriculares brasileiras. Ambos os documentos reconhecem a infância como etapa fundamental do desenvolvimento humano e o brincar como linguagem prioritária da criança, embora apresentem diferenças conceituais, metodológicas e operacionais que merecem análise crítica à luz da práxis psicopedagógica.

O RCNEI (1998), ao ser um dos primeiros documentos normativos da Educação Infantil no Brasil pós-Constituição de 1988, conferiu centralidade à ludicidade como expressão natural da criança. De acordo com o documento, o brincar deve ser entendido como **eixo estruturante das práticas pedagógicas**, reconhecendo seu valor cultural, cognitivo, afetivo e social. O RCNEI enfatiza que, ao brincar, a criança aprende sobre si, o outro e o mundo, e, portanto, o planejamento educativo deve emergir das experiências lúdicas, respeitando a diversidade e o ritmo de cada sujeito.

A BNCC (2017), por sua vez, avança ao conferir status de **direito de aprendizagem e desenvolvimento** ao brincar, elevando-o à condição de elemento curricular obrigatório na Educação Infantil. O documento apresenta uma abordagem mais normativa e vinculada à aprendizagem por competências, estabelecendo os cinco campos de experiência como organizadores do currículo: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Embora ambas as diretrizes reafirmem o brincar como direito, a BNCC representa uma inflexão ao trazer uma matriz mais prescritiva e orientada para o desenvolvimento de competências mensuráveis. Tal mudança tem gerado tensões no cotidiano das instituições educativas, uma vez que, ao mesmo tempo que valoriza o brincar, também impõe metas e resultados que muitas vezes conflitam com a espontaneidade e a subjetividade que caracterizam a ludicidade na infância.

Sob a ótica da Psicopedagogia, essa tensão exige reflexão. O psicopedagogo, como mediador do processo ensino-aprendizagem, precisa estar atento aos efeitos dessas normativas nas práticas pedagógicas. Quando a escola adere a uma lógica tecnicista e pautada por avaliações padronizadas, o brincar corre o risco de ser instrumentalizado ou suprimido. Tal cenário compromete a função do lúdico como ferramenta de diagnóstico, escuta e desenvolvimento integral.

Nesse sentido, é necessário um olhar propositivo e crítico que integre os avanços desses documentos, mas também questione suas limitações. O RCNEI ainda se mostra atual por sua abordagem mais dialógica e contextualizada, ao passo que a BNCC oferece parâmetros para a construção de um currículo nacional articulado. Cabe ao psicopedagogo dialogar com ambos os marcos, reinterpretando suas orientações à luz da realidade sociocultural da criança e da especificidade de cada instituição.

A Psicopedagogia pode atuar como instância de formação continuada junto às equipes escolares, promovendo a reflexão sobre o sentido do brincar e sua articulação com os objetivos educacionais. Como observa Kishimoto (2011), o lúdico não deve ser um recurso ocasional, mas um eixo pedagógico estruturante que favorece a autonomia, a criatividade e a resolução de problemas.

Ademais, diante da prevalência da BNCC nas políticas curriculares atuais, torna-se urgente que os psicopedagogos ocupem espaços de escuta e decisão nas instituições, contribuindo para a construção de um currículo que respeite a infância como tempo de imaginação, sensibilidade e experiência lúdica. A integração entre ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem requer práticas flexíveis, criativas e fundamentadas em abordagens construtivistas e histórico-culturais.

Por fim, é essencial que os documentos oficiais não sejam apenas executados de forma burocrática, mas apropriados criticamente pelos educadores. A articulação entre teoria e prática, entre documento normativo e realidade cotidiana, constitui um campo de atuação necessário para a Psicopedagogia, cuja missão é garantir que o aprender esteja sempre vinculado ao prazer de descobrir, brincar e criar.

Considerações finais

A presente investigação teórica permitiu compreender que a ludicidade não deve ser tratada como um recurso acessório, mas sim como um eixo estruturante da práxis psicopedagógica na Educação Infantil. Ao longo do estudo, verificou-se que o brincar representa a linguagem primordial da criança, sendo por meio dele que ela expressa sentimentos, compreende o mundo, estrutura seu pensamento e constrói vínculos sociais e afetivos. Nesse contexto, o psicopedagogo desempenha um papel essencial ao reconhecer o valor formativo e terapêutico da ludicidade, integrando-a tanto no diagnóstico quanto na intervenção das dificuldades de aprendizagem.

A fundamentação teórica discutida ao longo do trabalho — apoiada em autores como Vygotski, Piaget, Bossa, Winnicott, Kishimoto, entre outros — reafirma que o brincar é mais do que entretenimento: é uma prática simbólica, mediadora de desenvolvimento e promotora da aprendizagem significativa. A Psicopedagogia, como campo interdisciplinar, tem a responsabilidade de preservar e fomentar espaços de ludicidade, tanto na clínica quanto na instituição escolar, valorizando a singularidade de cada sujeito e respeitando seu ritmo e estilo de aprender.

A análise crítica dos documentos normativos — RCNEI (1998) e BNCC (2017) — revelou avanços importantes no reconhecimento do brincar como direito da criança e componente curricular obrigatório. No entanto, a tensão entre a valorização da ludicidade e a padronização das competências propostas pela BNCC exige vigilância por parte dos profissionais da educação. O psicopedagogo, nesse cenário, deve assumir uma postura ativa, crítica e propositiva, contribuindo para práticas educativas mais humanizadas e coerentes com os direitos da infância.

A metodologia qualitativa e bibliográfica utilizada neste estudo evidenciou lacunas na formação e nas condições institucionais para a plena efetivação do brincar como instrumento psicopedagógico. As barreiras estruturais, pedagógicas e culturais ainda limitam a expressão da ludicidade em contextos escolares, especialmente em instituições que privilegiam resultados imediatos em detrimento de processos formativos mais amplos e subjetivos.

Diante disso, reafirma-se a necessidade de fortalecer a formação continuada dos psicopedagogos, com ênfase na integração entre ludicidade, desenvolvimento infantil e aprendizagem. É fundamental que a atuação psicopedagógica seja orientada por princípios ético-humanistas, que promovam a escuta sensível, a mediação qualificada e o compromisso com a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Em síntese, a ludicidade configura-se como um componente indispensável na promoção de práticas psicopedagógicas transformadoras, que respeitam a infância em sua plenitude e reconhecem o brincar como direito, linguagem e caminho de aprendizagem. O desafio que se impõe é o de continuar investigando, formando e atuando para que as políticas públicas e as práticas institucionais se alinhem aos pressupostos de uma educação que compreende o aprender como ato de prazer, descoberta e criação.

Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSSA, Nadia A. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DIAMOND, Adele. Executive functions. *Annual Review of Psychology*, v. 64, p. 135–168, 2013. DOI: 10.1146/annurev-psych-113011-143750. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143750>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERNANDES, Heloísa G.; FONSECA, Vanessa R. *Ludicidade e prática psicopedagógica: uma parceria possível*. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 93–101, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862015000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERNANDES, L. A.; FONSECA, M. A. M. *Ludicidade e aprendizagem: contribuições para a prática psicopedagógica*. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 32, n. 98, p. 45–52, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862015000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERREIRA, Márcia M. *Mediação psicopedagógica: entre o sujeito e o conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

FONSECA, Victor da F. *Psicopedagogia do desenvolvimento humano*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KISHIMOTO, Tizuko M. *Jogo, brinquedo e educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko M. *O brincar e suas teorias*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Ana P. de. *Jogos digitais e aprendizagem: novas interfaces para a educação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sociocultural*. São Paulo: Scipione, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SANTOS, Ana Carolina; ALMEIDA, Verônica C. Psicopedagogia e ludicidade: contribuições à aprendizagem. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 2, p. 312–330, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/arteeducar/article/view/66143>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, R. F.; ALMEIDA, M. J. A ludicidade no contexto escolar: limites e possibilidades. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 278–294, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/educacaoecultura/article/view/26451>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, Carlos E.; RIBEIRO, Juliana B. A ludicidade e seus desafios na prática pedagógica escolar. *Revista Educação em Foco*, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemfoco/article/view/16178>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VIGOTSKI, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEISS, Maria Tereza M. *Psicopedagogia clínica e institucional: uma abordagem diagnóstica*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2003.

WEISS, Maria Luiza S. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Recebido em 15 de julho de 2025.

Aceito em 16 de agosto de 2025.